



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

*Carla Fede S*

Página | 328

**ATA N.º 19/2019**  
**Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal**

**46.ª Reunião do Executivo Municipal do Mandato relativo ao Quadriénio 2017-2021**

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária o Executivo Municipal. -----

Estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santana, Teófilo Alírio Reis Cunha, o Senhor Vereador Gabriel Eduardo Rodrigues Faria (CDS-PP), o Senhor Vereador Márcio Dinarte da Silva Fernandes (CDS-PP) e a Senhora Vereadora Cláudia Carina Marques Perestrelo (PPD/PSD). -----

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. **Período de Audiência de Municípes;**
2. **Período de Antes da Ordem do Dia;**  
(Período da Ordem do Dia):
3. **Votação da Proposta da Ata N.º 17/2019 - Reunião Ordinária do Executivo Municipal de 01 de agosto de 2019;**
4. **Votação da Proposta da Ata N.º 18/2019 - Reunião Ordinária do Executivo Municipal de 14 de agosto de 2019;**
5. **Apreciação do Pedido de Suspensão de Mandato apresentado pela Senhora Vereadora Cláudia Carina Marques Perestrelo, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;**
6. **Discussão e Votação da Proposta N.º 126/2019 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2020 – Manutenção da Taxa Mínima e Aplicação do IMI Familiar – (subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal);**
7. **Discussão e Votação da Proposta N.º 127/2019 – Derrama “Zero” – Não lançamento do Imposto em 2020 - (subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal);**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**

### **Gabinete do Presidente**

Página | 329

8. **Discussão e Votação da Proposta N.º 128/2019** – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Devolução de 100% de Participação Variável - (subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal);
9. **Discussão e Votação da Proposta N.º 129/2019** – Taxa Municipal de Direitos de Passagem - (subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal);
10. **Discussão e Votação da Proposta N.º 130/2019** – Atribuição de Apoio à Aquisição de Livros e de Material Escolar III – (subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal);
11. **Discussão e Votação da Proposta N.º 131/2019** - Aprovação em Minuta do Texto das Deliberações da Câmara Municipal de Santana – (subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal).

#### **PERÍODO DE AUDIÊNCIA DOS MUNICÍPES**

Nenhum munícipe ou interessado compareceu à reunião do Executivo, pelo que, não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santana prosseguiu com os trabalhos definidos, avançando então para o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santana, Teófilo Alírio Reis Cunha, deu início à reunião questionando os restantes Vereadores se teriam alguma questão para abordar no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

A Senhora Vereadora Cláudia Perestrelo interveio referindo que existe uma vereda, na freguesia do Faial, que necessita ser limpa, que está com o acesso condicionado, na Vereda da Longueira, o que dificulta a passagem das pessoas, especialmente de um munícipe que lá reside que tem reduzida mobilidade. O Senhor Presidente disse que a situação iria ser verificada. Referiu também a Senhora Vereadora que na zona do Curral Velho, há uma grelha em muito más condições, que necessita ser substituída. O Senhor Vereador Márcio Dinarte Fernandes mencionou que a Câmara Municipal tem substituído algumas, mas as que faltam só poderão ser substituídas quando haja disponibilidade de pessoal para efetuar os trabalhos. ---



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

*Cardo Teles*

Página | 330

Não havendo mais intervenções, prosseguiu-se a reunião com a entrada no Período da Ordem do Dia. -----

**ORDEM DO DIA**

3. **Deliberado, por unanimidade<sup>1</sup>, aprovar a Proposta da Ata N.º 17/2019 - Reunião Ordinária do Executivo Municipal de 01 de agosto de 2019 – Deliberação N.º 146/2019; --**
4. **Deliberado, por unanimidade<sup>2</sup>, aprovar a Proposta da Ata N.º 18/2019 – Reunião Ordinária do Executivo Municipal de 14 de agosto de 2019 – Deliberação N.º 147/2019; --**
5. Tendo sido apresentado o pedido de suspensão de mandato pela Senhora Vereadora Cláudia Perestrelo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santana referiu que a aceitação do mesmo era pacífica. -----  
Não havendo pedidos de intervenção, **foi deliberado, por unanimidade<sup>3</sup>, aprovar o Pedido de Suspensão de Mandato apresentado pela Senhora Vereadora Cláudia Carina Marques Perestrelo, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro – Deliberação N.º 148/2019; -----**
6. No âmbito do Ponto Seis, o Senhor Presidente referiu que a proposta tinha em vista a preparação para o Orçamento Municipal 2020, sendo fixada uma taxa de 0,3 % para os prédios urbanos, a exemplos dos anos anteriores, no qual o Município de Santana tem vindo a aplicar o valor mais baixo. -----  
Não havendo dúvidas ou pedidos de esclarecimento, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta N.º 126/2019 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2020 – Manutenção da Taxa Mínima e Aplicação do IMI Familiar – Deliberação N.º 149/2019; ----**

<sup>1</sup> O Senhor Vereador Gabriel Faria não participou na votação, porque à data da reunião estava ausente por motivo de férias.

<sup>2</sup> O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Teófilo Cunha, não participou na votação, porque à data da reunião estava ausente por motivo de férias.

<sup>3</sup> A Senhora Vereadora Cláudia Perestrelo, não participou na votação.

*Gr. Teles*



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

Página | 331

7. Relativamente ao Ponto Sete da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, mencionou que o município nunca aplicou o imposto da Derrama. -----  
Não havendo pedidos de esclarecimento, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta N.º 127/2019 – Derrama “Zero” – Não lançamento do Imposto em 2020 – Deliberação N.º 150/2019; -----
8. No que concerne ao Ponto Oito, referente à devolução de 100% de Participação Variável do IRS, o Senhor Presidente esclareceu que o Executivo tem deliberado essa devolução e que pretende continuar a manter essa decisão em 2020, considerando que é uma decisão dos municípios se pretendem devolver ou não. -----  
Não havendo discussão foi **deliberado, por unanimidade, aprovar a** Proposta N.º 128/2019 – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Devolução de 100% de Participação Variável – Deliberação N.º 151/2019; -----
9. No âmbito do Ponto Nove, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, o Senhor Presidente da Câmara referiu que esta é uma receita do município e que é aplicado um percentual de 0,25% para vigorar no ano de 2020. -----  
Não existindo pedidos de esclarecimento, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a** Proposta N.º 129/2019 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Deliberação N.º 152/2019; -----
10. Relativamente à atribuição de apoio à aquisição de livros e material escolar, o Senhor Presidente referiu que o valor estimado para o apoio no ano letivo 2019/2020 será de 45 mil euros e que muitos munícipes já receberam o valor atribuído. -----  
Não havendo intervenções, foi colocada à votação a proposta, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a** Proposta N.º 130/2019 – Atribuição de Apoio à Aquisição de Livros e de Material Escolar III – Deliberação N.º 153/2019; -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

Página | 332

11. **Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta N.º 131/2019 - Aprovação em Minuta do Texto das Deliberações da Câmara Municipal de Santana – Deliberação N.º 154/2019.**

Nada mais havendo a dizer ou a tratar, para constar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Teófilo Alírio Reis Cunha, leu em voz alta a ata em minuta, nomeadamente o sentido de voto que recaiu sobre cada um dos assuntos, que depois foi assinada pelo Senhor Presidente e pela Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Carole Caetano Teles, tendo sido considerados findos os trabalhos pelas dez horas e vinte seis minutos. ---

O Presidente da Câmara Municipal,

**Teófilo Alírio Reis Cunha**

A Adjunta do GAP,

**Carole Caetano Teles**





Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal de  
Santana

Cláudia Carina Marques Perestrelo, Vereadora em exercício deste Município eleita pela Lista do PSD para o mandato 2017/2021, vem, por este meio, e nos termos e para os efeitos do nº. 1 do artigo 77º, da Lei 169/99, de 18/9, solicitar a suspensão do seu mandato pelo período de 365 dias.

Nos termos da alínea c), do nº 3 do citado artigo, justifica-se pela ausência temporária da ora requerente da área desta autarquia por aquele período.

A Vereadora

A handwritten signature in cursive script, reading "Cláudia Perestrelo".

( Cláudia Carina Marques Perestrelo )







**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

**PROPOSTA N.º 126/2019**  
**Mandato 2017/2021**

**IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA 2020**  
**Manutenção da Taxa Mínima e Aplicação do IMI Familiar**

Considerando que:

- Nos termos da alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e o artigo 1.º do Anexo I do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua versão mais recente dada pelo Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21 de maio –, o Imposto Municipal sobre o Imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizem;
- Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte entre os limites de 0,3 % e 0,45 %;
- Neste contexto, objetivo do atual executivo em regime de permanência para o ano de 2020, passa por manter a política de alívio fiscal dos últimos anos e, bem assim, segurar o nível de tributação à taxa mínima aplicável (0,3 %);
- Segundo os trabalhos em curso tendentes à elaboração do Orçamento Municipal para o ano de 2020, a adoção desta medida resultará num impacto favorável para os cidadãos, famílias e empresas de cerca de 200 mil euros.

Considerando ainda que:

- As medidas fiscais podem fazer a diferença no combate ao inverno demográfico e na promoção e proteção da família;
- É objetivo do atual executivo em regime de permanência afirmar Santana como um concelho que é amigo das famílias e que coloca as pessoas no centro das políticas;
- Nesse sentido, nos termos do disposto no artigo 112.º-A do CIMI, o atual executivo em regime de permanência pretende abrir novamente as portas do “IMI Familiar” e, bem



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**

### **Gabinete do Presidente**

assim, estabelecer uma redução do IMI a pagar pelos proprietários em função do número de dependentes a cargo, de 20,00 €, 40,00 € e 70,00 € para, respetivamente, 1, 2 ou 3 ou mais dependentes a cargo;

- Se se mantiver o número do ano transato de agregados familiares com um, dois e três dependentes a cargo, esta medida em concreto resultará num impacto favorável no bolso das famílias de cerca de 14 mil euros.

Em face do que antecede, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santana delibere:

- Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal – de acordo com a alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -, para vigorar no ano de 2020:
  1. A fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,3% para os prédios urbanos, conforme alínea c), do n.º 1 e nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas;
  2. A redução da taxa de IMI, no caso de imóvel destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário, nos termos do artigo 112.º-A do CIMI, em:
    - a) 20,00 € para 1 dependente a cargo;
    - b) 40,00 € para 2 dependentes a cargo;
    - c) 70,00 € para 3 dependentes a cargo.

Paços do Concelho de Santana, 22 de agosto de 2019.

O Presidente da Câmara,

**Teófilo Alírio Reis Cunha**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

**PROPOSTA N.º 127/2019**  
**Mandato 2017/2021**

**DERRAMA “ZERO”**  
**Não lançamento do Imposto em 2020**

Considerando que:

- A derrama é um imposto que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas;
- Nos termos da alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º do mesmo diploma;
- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, os municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;
- O atual executivo em permanência da Câmara Municipal de Santana defende a não aplicação da taxa de derrama no nosso território, na prossecução dos objetivos da promoção do crescimento económico e da coesão social e territorial;
- Segundo informações disponíveis no portal da autoridade tributária, esta política fiscal de não aplicar a taxa de derrama já “valeu”, entre os exercícios económicos de 2014 e 2017, uma redução da carga fiscal para as empresas do concelho de cerca de 100 mil euros;
- Para 2020, a aposta passa por dar a todos os agentes económicos no concelho previsibilidade e confiança e por firmar Santana como um “Estado local” que olha com



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

prudência para a política fiscal e que a usa como meio de reequilibrar a sociedade e promover o desenvolvimento;

- No sentido apontado, é intenção não aprovar o lançamento do imposto da Derrama;
- Ao manterem-se os padrões do exercício económico de 2017 – número de sujeitos passivos e lucro tributável – esta medida resultará num impacto favorável para as empresas de cerca de 43 mil euros.

Em face do que antecede, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santana delibere:**

- Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da alínea c) do artigo 14.º, do n.º 3 do artigo 16.º e do artigo 18.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, com as alterações estatuídas Lei n.º 51/2018, a não aplicação do imposto da Derrama em 2020.

Paços do Concelho de Santana, 22 de agosto de 2020.

O Presidente da Câmara,

**Teófilo Alírio Reis Cunha**



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

### Gabinete do Presidente

### PROPOSTA N.º 128/2019

### Mandato 2017/2021

## IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)

### Devolução de 100% da Participação Variável

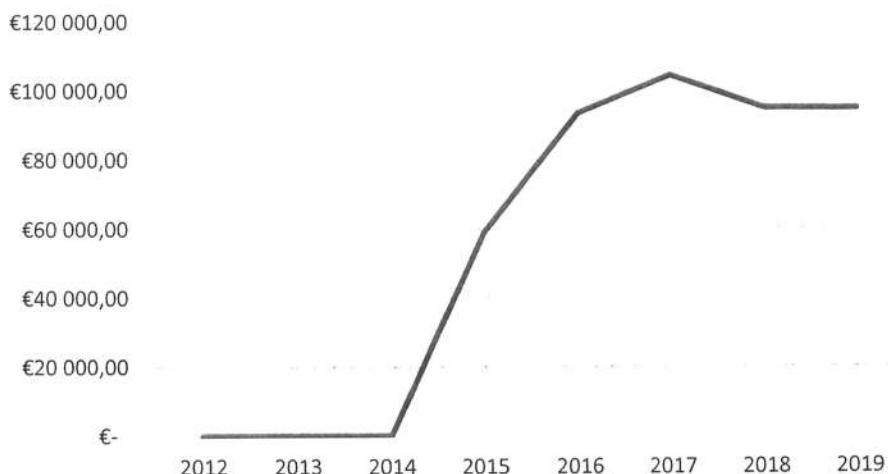
Considerando que:

- Nos termos da alínea g) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes do mesmo diploma;
- Nos termos da alínea c) n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 26.º, ambos da já referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5 %, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;
- A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. (n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro);
- Acaso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1 do artigo 26.º, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo;
- Nos últimos quatro anos [2015 a 2019], numa lógica sustentada e de contínuo apoio às pessoas e às famílias, o Município prescindiu, gradualmente - num primeiro momento devolvemos 50%, depois 80% e 100% desde há três anos a esta parte -, da totalidade do valor que lhe cabia de cada um dos seus munícipes, num apoio total mensurável em 445 642,60 € (quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscientos e quarenta e dois euros e sessenta cêntimos), e isto sem prejudicar a arrecadação dos recursos financeiros imprescindíveis ao funcionamento da atividade autárquica e bem assim dos meios indispensáveis para que a população viva com dignidade;



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA Gabinete do Presidente

### Evolução da devolução fiscal de IRS



- Para o próximo ano, a tese é a “continuidade” política de alívio fiscal e, por essa via, sempre ponderada a conjuntura, continuaremos a reforçar o poder das pessoas e a competitividade do Nosso território;
- Ao manterem-se os padrões dos últimos anos – número de sujeitos passivos com domicílio fiscal no território do Município de Santana, determinantes (taxas) fiscais e coleta líquida – esta medida resultará num impacto favorável no bolso das famílias de cerca de 95 mil euros.

Em face do que antecede, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santana delibere:**

- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da lei supra e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, de uma participação de 0% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2020.

Paços do Concelho de Santana, 22 de agosto de 2019.

O Presidente da Câmara,

**Teófilo Alírio Reis Cunha**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

**PROPOSTA N.º 129/2019**  
**Mandato 2017/2021**

**TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**

Considerando que:

- A alínea o) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento a favor daqueles;
- A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas -, na atual redação do Decreto-lei n.º 92/2017, de 31 de julho, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do seu artigo 106.º, com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;
- O Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, veio referir no n.º 1 do artigo 12.º que pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas, é devida a taxa municipal de direitos de passagem, nos termos do artigo 106.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, (...), não sendo permitida a cobrança de quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações por aquela utilização e aproveitamento (...);
- O artigo 85.º da Lei do Orçamento do Estado de 2017, estabelece, no seu n.º 3, que a taxa municipal de direitos de passagem é paga pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores;
- Nos termos da alínea b) do n.º 3 do referido artigo 106.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, o percentual referido no considerando anterior é aprovado anualmente por



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %;

Tudo considerado, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santana delibere:**

- **Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como ao abrigo da alínea o) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2019.**

Paços do Concelho de Santana, 22 de agosto de 2019.

O Presidente da Câmara,

**Teófilo Alírio Reis Cunha**





**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

**PROPOSTA N.º 130/2019**  
**Mandato 2017/2021**

**ATRIBUIÇÃO DE APOIO À AQUISIÇÃO  
DE LIVROS E DE MATERIAL ESCOLAR III**

Considerando que:

- É da competência da Câmara Municipal de Santana deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à atribuição de auxílios económicos, conforme disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- No âmbito de tal competência, os órgãos municipais fixaram as regras de atribuição de apoios escolares, as quais estão consubstanciadas no Regulamento n.º 495/2018, publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 147, de 01 de agosto, prevendo, entre outros, a atribuição de apoio para a aquisição de livros e ou material escolar, conforme segue:

“

*CAPÍTULO III*  
*Apoio para Livros e Outro Material Escolar*

*Artigo 24.º*  
*Atribuição de apoios*

*A Câmara Municipal de Santana atribuirá um apoio para aquisição de livros e ou material escolar em condições e montantes a definir anualmente por deliberação desta entidade, a alunos do concelho de Santana matriculados nos Ensinos Básico e Secundário.*

*Artigo 21.º*  
*Exclusão*

*Ficam excluídos destes apoios os alunos:*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**

### **Gabinete do Presidente**

- 1) *Do 1.º Ciclo que beneficiem de escalão no âmbito da Ação Social Educativa que contemple o apoio na aquisição da totalidade dos manuais escolares;*
- 2) *Dos 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário que beneficiem de escalão no âmbito da Ação Social Educativa que contemple o apoio na aquisição da totalidade dos manuais escolares;*
- 3) *Do Ensino Recorrente;*
- 4) *Que não tenham obtido aproveitamento escolar;*
- 5) *Dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário que se matriculem pela primeira vez em estabelecimentos de ensino fora do concelho de Santana, nos casos em que seja possível a frequência do ano escolar/curso nos estabelecimentos de ensino do município.*

”

- Após Deliberação n.º 123/2019, aprovada em reunião de Câmara de 07/08/2019 relativamente à atribuição de apoios pecuniários para a aquisição de livros e de material escolar a 272 (duzentos e setenta e dois) alunos cujos “processos individuais” cumpriam liminarmente com as condições regulamentares exigidas, deram entrada mais 35 (trinta e cinco) processos, que após análise dos serviços competentes, foram considerados válidos;
- Estas 21 (vinte e um) “candidaturas” validadas totalizam um investimento de 5.181,00€ (cinco mil cento e oitenta e um euros);
- A despesa tem cabimento na rubrica 04.08.02.02 do orçamento em vigor – Proposta N.º 594/2019 –, e à presente data, ao nível dos fundos disponíveis, existe a disponibilidade total de **1 859 904,63 €**.

Pelo acima exposto, e considerando os critérios de “Atribuição de apoio à aquisição de livros e de material escolar”, determinados e fixados no Despacho n.º 27/2018, exarado a 10 de Setembro, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santana delibere atribuir o montante de 5.181,00€ (cinco mil cento e oitenta e um euros), a 35 alunos do**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**  
**Gabinete do Presidente**

concelho de Santana, matriculados nos diversos ciclos de ensino, de acordo com a tabela apresentada em anexo.

Paços do Concelho de Santana, 02 de setembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

**Teófilo Alírio Reis Cunha**

